

Orçamento aprovado. Com um extra de 1,6 bi.

O projeto de lei do Orçamento Geral da União para 1990 foi aprovado ontem à noite pelo Congresso. O relator da Comissão Mista de Orçamento, deputado Evaldo Tinoco (PFL-BA), incluiu à última hora no texto que ia a plenário a programação especial (emendas de interesse dos deputados e senadores), com um gasto de NCz\$ 1,6 bilhão, o mesmo artigo que determina a indexação do orçamento pela URO (Unidade de Referência Orçamentária). A manobra dificulta um até então provável veto do Executivo aos gastos autorizados pelos parlamentares. Se o governo vetar uma parte, todo o artigo será vetado, inclusive a indexação, defendida pelo Executivo e pelo Congresso.

A programação especial de NCz\$ 1,6 bilhão foi feita depois que um cálculo dos membros da comissão estimou em NCz\$ 1,8 bilhão a economia que o futuro governo terá com a aplicação do redutor de 10% sobre as despesas previstas. A sua inclusão no orçamento não significa que ela será efetivamente executada, mas abre uma brecha para que os lobbies políticos pressionem a favor do gasto adicional.

O setor mais beneficiado pelas emendas dos parlamentares foi o dos transportes, com NCz\$ 792 milhões. O orçamento de 1990, que fixa despesas e receitas em NCz\$ 338,8 bilhões, a preços de maio, enfrentou problemas para ser votado ontem. A maior dificuldade era encontrar um consen-



André Dusek/AE

so para incluir no projeto uma compensação financeira aos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. A União deve a esses Estados uma soma ignorada pelos parlamentares, por conta da diferença dos preços de energia elétrica cobrados nesses Estados e nos restantes.

No início da noite, o líder do PMDB, Ibsen Pinheiro (RS), negociou a fixação de um limite de NCz\$ 200 milhões a preços de maio, por Estado, para compensar com a União em troca da dívida interna que vence em 1990. Essa questão deve ser vetada pelo governo.

Servidores

No início da noite de ontem, o presidente José Sarney se reuniu no Palácio da Alvorada com os

ministros do Planejamento, João Batista de Abreu, do Trabalho, Dorothea Werneck, e com o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), almirante Walbert Lisieux, para definir o reajuste dos servidores públicos em janeiro. O ministro João Batista de Abreu não descartou a possibilidade de que o governo venha a optar pelo reajuste integral de 117%, em vez de parcelar, como está previsto nas outras três propostas.

Na quarta-feira da semana passada, o presidente Sarney chegou a assinar uma medida provisória concedendo aumento de 117% para os servidores a partir de janeiro, mas resolveu voltar atrás porque o assunto ainda provocava polêmica dentro do próprio governo.